Diário Oficial

Maceio - Sexta-feira
11 de Julho de 2014
Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme LEI N° 7.397/2012

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Assinado digitalmente pela
COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS, INTERMEDIAÇÃO E PARCERIAS DE ALAGOAS - CEPAL
Data: Sexta-feira, 11 de Julho de 2014 às 0:00:00

Ano 102 - Número 131

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-iNSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBCORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
JOSÉ ARTUR MELO
EDUARDO TAVARES MENDES
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
MARCOS BARROS MÉRO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - **PRESIDENTE**
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
DILMAR LOPES CAMERINO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
MARCOS BARROS MÉRO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTI

CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL
JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL

DIRETOR DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 10 DE JULHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTES PROCESSOS:

Proc: 1002/2014.
Interessado: Dr. Cláudio Pereira Pinheiro, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Diárias para membro do Ministério Público. Existência de portaria autorizativa para responder cumulativamente, sem prejuízo de suas funções atuais pela Promotoria de Justiça de Porto Calvo, de 2ª entrância (Portaria nº 187, de 26 de fevereiro de 2014). Certidão. Pelo deferimento da concessão das diárias com espeque no art. 2º do Ato nº 6/2011. Ausência de informações sobre os valores das diárias, consoante as disposições do art. 4º do Ato Normativo. Intime-se o interessado para informar e ulterior edição de portaria específica".

Proc: 1265/2014.
Interessado: Dr. Artran de Pereira Monte, Procurador de Justiça.
Assunto: Requerimento de aposentadoria.
Despacho: Em face da manifestação da DP à fl. 110, remetam-se os autos ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, para as medidas de estilo.

Proc: 1981/2014.
Interessado: Dr. Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Em face da manifestação de fl. 09, arquive-se.

Processo PGJ nº 2239/2014
Assunto: Pedido de Providências
Interessada: CNMP – Conselheiro Leonardo Carvalho
DESPACHO
1. Junte-se aos autos as manifestações da Drª Elenise Daudt, Consultora Jurídica do MPE/AL, e do Promotor de Justiça Humberto Pimentel Costa, Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica.
2. Como forma de responder ao Ofício Circular nº 01/2014-GAB/LC-CNMP, que trata-se do encaminhamento da proposta de resolução que visa regulamentar a obrigatoriedade de procedimento licitatório na contratação de empresa ou instituição para a realização de concurso público voltado ao preenchimento de cargos de membro e de servidor do Ministério Público, encaminhe-se cópia do presente processo ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Leonardo Cavalho.
3. Publique-se.
4.Cumpra-se.

Proc: 2431/2014.
Interessado: Dr. Cláudio José Brandão Sá, Promotor de Justiça/Vice-Diretor de Planejamento da ESMP/AL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Pagamento de taxa de contribuição anual em favor da gestora de arrecadação Fundação Escola do Ministério Público do Paraná-FEMPAR do colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil-CDEMP, instância máxima de articulação política dos Diretores e dos Centros de Estudos e Aperfeiçoamentos dos Ministérios Públicos do Brasil. Interesse da Escola Superior do Ministério Público. Informação da existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Inexigibilidade de licitação. Pelo deferimento do pagamento do valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) em favor da gestora da conta-corrente de arrecadação do CDEMP".

Proc: 2454/2014.
Interessado: Dr. José Alves de Oliveira Neto, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Em face da edição da Portaria PGJ nº 576/2014, arquive-se.

Proc: 2484/2014.
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Processo PGJ/AL nº 2511/2014
Assunto: Pedido de providências
Interessado: Adivaldo Batista de Souza Júnior e outros Órgãos de Execução de Arapiraca
DESPACHO
1. Em razão da publicação da Resolução CPJ nº 02, de 04 de junho de 2014, edição do DOE/AL de 02 de julho do corrente ano, fls. 70/71, arquive-se o presente processo.
2.Cumpra-se.
3. Publique-se.

Proc: 2548/2014.
Interessado: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AL.
Assunto: Encaminhamento de cópia de peças do P.A. Nº 5101.2194.2013.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2560/2014.
Interessado: Arthur Tavares de Carvalho Barros, Diretor de Contabilidade e Finanças.
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 2578/2014.
Interessado: Dra. Failde Soares Ferreira de Mendonça, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 2590/2014.
Interessado: Dr. Givaldo de Barros Lessa, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 2591/2014.
Interessado: Dra. Delma Maria Costa de Pantaleão, Promotora de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Em face da informação da Dra. Delma Maria Costa de Pantaleão, à fl. 2, arquive-se.

Proc: 2595/2014.
Interessado: Gabinete do Desembargador Otávio Leão Praxedes.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: À douta Assessoria Técnica.

Proc: 2618/2014.
Interessado: Secretaria Municipal de Saúde de Maceió.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À 26ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 2634/2014.
Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.
Assunto: Encaminhamento de cópia de peças do Proc. nº 02003.000148/2011-19-IBAMA/SUPES/AL.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2635/2014.
Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.
Assunto: Encaminhamento de cópia de peças do Proc. nº 02003.000171/2013-67-IBAMA/SUPES/AL.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2648/2014.
Interessado: Thomaz Ilton Ferreira dos Santos, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de exoneração.
Despacho: Defiro. Lavre-se o ato respectivo. Após, à DP para as medidas cabíveis.

Proc: 2662/2014.
Interessado: Dr. Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Junte-se ao Proc. PGJ nº 1567/2014.

Proc: 2665/2014.
Interessado: Dra. Lavínia Silveira de Mendonça, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 2666/2014.
Interessado: Angela Seabra Testa.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Á douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2677/2014.
Interessado: Dr. Robson Alcântara Falcão, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de verba remuneratória.
Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 2691/2014.
Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Maranhão.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Setor de Protocolo, com traslado para o NIMP para informar.

Proc: 2693/2014.
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Setor de Protocolo, com traslado para o NIMP para informar.

Proc: 2699/2014.
Interessado: Instituto Alana.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2700/2014.
Interessado: Jamille Mendonça Setton Mascarenhas, Diretora de Programação e Orçamento desta PGJ.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2709/2014.
Interessado: 3ª Câmara de Coordenação e Revisão/Procuradoria Geral da República.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2710/2014.
Interessado: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2717/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia da NF nº 1.11.000.001747/2012-98).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2718/2014.
Interessado: Aline Santos Carmo Brandão, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 2719/2014.
Interessado: Diretoria de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Em face do atestado médico anexo, defiro a licença por motivo de doença de pessoa da família. À DP para as anotações pertinentes. Após, arquive-se.

Proc: 2720/2014.
Interessado: Márcia Lima Salgueiro Vitorino, funcionário desta PGJ.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2721/2014.
Interessado: Dra. Maria Marluce Caldas Bezerra, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de verba remuneratória.
Despacho: Em face da informação da DP, à fl. 4, de que foi atendido o pleito da interessada, arquive-se.

Proc: 2722/2014.
Interessado: Dr. Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de averbação em ficha funcional.
Despacho: Defiro. À DP para as anotações de estilo, com traslado para a Corregedoria-Geral.

Proc: 2724/2014.
Interessado: Dra. Adézia Lima de Carvalho, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 2725/2014.
Interessado: Dr. José Artur Melo, Procurador de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 2727/2014.
Interessado: Dr. Givaldo de Barros Lessa, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de licença médica.
Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Após, arquive-se.

Proc: 2729/2014.
Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 000547.2014.19.000/0-024).
Despacho: Á douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2736/2014.
Interessado: Promotoria de Justiça de Igreja Nova.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2739/2014.
Interessado: Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Canapi.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2741/2014.
Interessado: Dr. Maurício Amaral Wanderley, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À Diretoria do Centro de Gerenciamento de Informática, com traslado à Corregedoria Geral do Ministério Público.

Proc: 2743/2014.
Interessado: Renata de Negreiros Guerra Studart, Analista do Ministério Público/Psicóloga.
Assunto: Requerimento de licença médica.
Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Após, arquive-se.

Proc: 2744/2014.
Interessado: Conselho Municipal de Educação - Maceió.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2746/2014.
Interessado: Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional de Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2748/2014.
Interessado: Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável - CNDDH.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2757/2014.
Interessado: Dr. Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2758/2014.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 2761/2014.
Interessado: Marcone Flavios de Queiroz.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2764/2014.
Interessado: Núcleo do Meio Ambiente do 1º CAO/MP.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Processo PGJ/AL nº 2772/2014
Assunto: Remetendo informação
Interessado: CNMP - Conselheiro Walter de Agra Júnior
DESPACHO
1. Junte-se aos autos cópia da Portaria PGJ nº 656, de 12 de junho de 2013.
2. Ciente da informação encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Walter de Agra Júnior, pertinente a Meta 2 ENASP.
3. Solicite da Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça Cíntia Calumby da Silva a especial gentileza de informar a esta PGJ/MPE/AL sobre o andamento das providências para a consecução da Meta 2 ENASP, na urgência que o caso requer.
4. Encaminhe-se cópia do presente processo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas, Doutor Diógenes Tenório, para fins de conhecimento.
5. Publique-se.
6.Cumpra-se.

Proc: 2802/2014.
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas/Procuradoria Jurídica.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DPO para informar, com a urgência que o caso requer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 10 de julho de 2014.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

ATO DE EXONERAÇÃO Nº 17/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve exonerar LARISSA MEDEIROS FERRO, matrícula nº 825191-6, do cargo de provimento em comissão, de Assessor de Procurador de Justiça, Símbolo AS-1, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 9 de julho de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

* - Republicado

ATO DE EXONERAÇÃO Nº 18/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atendimento ao requerido no Proc. PGJ nº 2648/2014, resolve exonerar, a pedido, THOMAZ ILTON FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 825988-7, do cargo de Analista do Ministério Público – Área Jurídica, Símbolo AE-109-PGJ, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, com efeitos retroativos ao dia 30 de junho de 2014.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 10 de julho de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE EXONERAÇÃO Nº 19/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve exonerar MALBA VÂNIA VALENTE SILVA, matrícula nº 825402-8, do cargo de provimento em comissão, de Chefe de Gabinete, Símbolo AS-1, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 10 de julho de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 35/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996 e em atendimento à solicitação formulada no Proc. PGJ Nº 2797/2014, RESOLVE nomear TATIANA ALBUQUERQUE DE ARAÚJO, portadora do CPF nº 086.878.134-73, para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Chefe de Gabinete, Símbolo AS-1, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 10 de julho de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 657, DE 10 DE JULHO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em seu favor, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 664,74 (seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), perfazendo um total de R$ 1.329,48 (mil trezentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Brasília-DF, no período de 30 de junho a 1º de julho do corrente ano, para participar de Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 658, DE 10 DE JULHO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. MÁRIO AUGUSTO SOARES MARTINS, 2º Promotor de Justiça de Maceió, portador do CPF nº 151.673.214-68, matrícula nº 55442, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R$ 217,55 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos), perfazendo um total de R$ 870,20 (oitocentos e setenta reais e vinte centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Passo de Camaragibe, nos dias 7, 15, 21 e 28 de maio do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 223, de 10 de março de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 659, DE 10 DE JULHO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de FABIANA IDE RODRIGUES DE CARVALHO, Técnica do Ministério Público, lotada no 2º Centro de Apoio Operacional, sediado em Arapiraca, portadora do CPF nº 034.129.664-36, matrícula nº 825733, 3 (três) meias diárias, no valor unitário de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), perfazendo um total de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), em face do seu deslocamento às cidades de Maceió e Delmiro Gouveia, nos dias 5 e 22 de maio e 12 de junho do corrente ano, para participar de reunião do Grupo de Trabalho da Saúde e elaboração do Plano Plurianual 2012-2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.422.0003.2096.0000 – Manutenção dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 660, DE 10 DE JULHO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de EDNELSON JOSÉ DA SILVA SANTOS, Oficial de Transportes, portador do CPF nº 038.756.134-06, matrícula nº 825171, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), perfazendo um valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), em face do seu deslocamento às cidades de Arapiraca, Roteiro, São Luiz do Quitunde e Delmiro Gouveia, nos dias 14 de fevereiro, 11 e 22 de abril e 22 de maio do corrente ano, a serviço da Diretoria de Apoio Administrativo desta Procuradoria Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 661, DE 10 DE JULHO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE incluir na Portaria PGJ nº 057, de 23 de janeiro de 2014, CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL, Diretor-Geral desta Procuradoria Geral de Justiça, em substituição a JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA, na Comissão de Recebimento da Obra de Reforma e Ampliação do prédio onde funcionam as Promotorias de Justiça da Capital.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2014

O Chefe da Seção de Licitações do Ministério Público Estadual torna público e para conhecimento dos interessados que realizará licitação, sob a modalidade supramencionada, com as seguintes características:
OBJETO: Registro de Preços ao futuro e eventual serviço de confecção de material gráfico, destinado a atender as demandas da Diretoria de Comunicação Social, da Escola Superior e da Diretoria de Apoio Administrativo do Ministério Público Estadual, consoante as condições estabelecidas no Edital e Anexos.
TIPO: Menor preço por lote.
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: De 11/07/2014 a 25/07/2014, às 09 horas (horário de Brasília-DF).
DATA DA SESSÃO DE LANCES: 25/07/2014, às 10 horas (horário de Brasília-DF).
ESCLARECIMENTOS: Segundo andar do Edifício-Sede do Ministério Público/AL, na rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço, Maceió/AL, na Sala da Seção de Licitações, pelo fone (82) 2122-3541, no horário das 08 às 12h de segundas às sextas-feiras, ou pelo e-mail cpl@mpal.mp.br
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br e www.mpal.mp.br.
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 545701.

Maceió, 10 de julho de 2014.

THIAGO HENRIQUE AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE CHADA
Pregoeiro

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO

DOS CONVENIADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52 E A ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS – FAA-IESA (CNPJ nº 11.918.109/0001-29).
DO OBJETO: Constitui objeto do presente convênio a concessão de Estágio de Complementação de Ensino Aprendizagem, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos Cursos Superiores ministrados pela FAA-IESA, propiciando aos referidos estudantes treinamento prático e aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e relacionamento humano.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Disposições do Art. 116 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.788/2008, Resolução CNMP nº 42, de 16/06/2009, e Atos do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas
DA VIGÊNCIA: Prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, contado a partir de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 05 de junho de 2014.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Ana Paula Nunes da Silva (Representante legal da FAA-IESA).

==========

PROTOCOLO GERAL

==========

AO(S) '10' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIONÁRIO
COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ
AS 13:30, OS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:
##
Proc. 1216/2014
Interessado:
ADEMIR MOREIRA
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA
Remetido para:
4A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
##
Proc. 11/2014
Interessado:
ANONIMO
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA
Remetido para:
4A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
##
Proc. 2785/2014
Interessado:
ARISTIDES AVELINO CARDIM DA SILVA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS.
Remetido para:
OUVIDORIA
##
Proc. 2784/2014
Interessado:
KELMANY MAYCOLL ALVES DOS SANTOS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS.
Remetido para:

OUVIDORIA
##
Proc. 2786/2014
Interessado:
MARIO CESAR DE ALBUQUERQUE PESSOA, TECNICO DO MP
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
CAPA PARA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 2794/2014
Interessado:
SERGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ, PROCURADOR-GERAL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
FORMULÁRIO RESOLUÇÃO CNMP N° 20/2007
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 2795/2014
Interessado:
SERGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ, PROCURADOR-GERAL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 2793/2014
Interessado:
DR. WLADIMIR BESSA DA CRUZ,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS. CALCULO DOS SUBSIDIOS DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 2791/2014
Interessado:
JORGE EDUARDO ARRUDA MEDEIROS
Natureza:
REQUERENDO CERTIDAO
Assunto:
CERTIDÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 2789/2014
Interessado:
THIAGO CHALCON DELGADO, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO MOBILIAS E EQUIPAMENTOS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL
##
Proc. 2787/2014
Interessado:
DR. JAMYL GONÇALVES BARBOSA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. PUBLICACAO NO D. O. E.
Assunto:
PUBLICAÇÃO DE RESENHA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 2797/2014
Interessado:
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY, PROCURADOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO NOMEACAO DE SERVIDOR
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS.
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 2796/2014
Interessado:
MAURICIO MARCELINO DOS SANTOS, ASSESSOR ADMINISTRATIVO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS.
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 2798/2014
Interessado:
MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS - ESTADO DE ALAGOAS
Natureza:
REPRESENTACAO
Assunto:
REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO E NOS PAGAMENTOS PELO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

==========

==========

PROTOCOLO GERAL

==========

AO(S) '10' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIONÁRIO
COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO, PROCEDEU A
PROMOÇÃO/REMOÇÃO, ATÉ AS 13:30, QUE
SEGUEM ABAIXO RELACIONADOS:
##
Nº Edital: 032014
Nome: 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPIRACA
Inst. 1 Entr. 3
Critério: PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE
//////////////////// CONCORRENTE(S) ////////////////////
Num. 2792 Ano: 2014 Data: 10/07/2014
Nome
DRA. GILCELE DAMASO DE ALMEIDA LIMA, PROMOTORA DE JUSTIÇA

##

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

==========

Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSMP
A SER REALIZADA NO DIA 14.07.2014

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros que, na próxima segunda-feira, dia 14.07.2014, às 14h, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

- Apreciação da ATA da 16ª Reunião Ordinária do ano de 2014.

PROCESSOS PARA CONHECIMENTO

- Ofício 16ª PJC-FPM nº 66/2014. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório nº 04/2013 em Inquérito Civil instaurado para apurar supostas irregularidades na concessão de alvará pela SMCCU, autorizando o fechamento de ruas e loteamentos.
- Ofício nº 224/2014-OUV/MPAL. Origem: Ouvidoria do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório semestral de atividades referente ao 1º semestre do corrente ano.
- Ofício nº 220/2014-OUV/MPAL. Origem: Ouvidoria do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório mensal de atividades referente ao mês de Junho do corrente ano.
- Ofício nº 213/2014-OUV/MPAL. Origem: Ouvidoria do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório mensal de atividades referente ao mês de Maio do corrente ano.
- Ofício nº 81/2014 – 17ª PJC. Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação

de instauração de Procedimento Preparatório nº 06/2014, referente ao Processo PGJ/AL-1841/2014 (PCFPE nº 72/14) para apurar omissão de contratação pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico.
- Ofício nº 84/2014 – 17ª PJC. Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de encaminhamento do Processo PCFPE nº 77/14 (PGJ/AL-1749/2014) à Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos, em razão da semelhança de objeto – notícia violação a direitos de professora monitora em estado gravídico por parte da Secretaria de Estado da Educação - com procedimento que se encontra sob apreciação daquela Promotoria.
- Ofício nº 66/2014. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório nº 01/2014 para apurar contratação ilegal de servidora pública na gestão de ex-prefeito do município de Carneiros.

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

- Procedimento Administrativo nº 03/2013 (PGJ/AL-5143/2012). Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Estadual. Interessado: Luiz Carlos Godoy. Assunto: Denúncia de irregularidades no Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas. Relator: Conselheiro Afrânio Roberto Pereira de Queiroz.
- Procedimento Preparatório nº 02/2012 (PGJ/AL-239/2014). Origem: Promotoria de Justiça de Traipu. Interessado: Conselho Tutelar de Traipu. Assunto: Notícia de ato de improbidade praticado por servidor municipal, em razão de recusa no atendimento de criança. Relator: Conselheiro Afrânio Roberto Pereira de Queiroz.
- Processo nº PGJ/AL-124/2014. Origem: Promotoria de Justiça de Traipu. Assunto: Notícia de irregularidades na revogação de licença de servidor municipal e na ausência de repasse em empréstimo consignado. Relator: Conselheiro Afrânio Roberto Pereira de Queiroz.
- Procedimento Administrativo nº 26/13. Origem: 20ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Ministério Público de Alagoas. Assunto: Notícia de suposta prática de atos de improbidade administrativa por funcionários de serventia cartorária em Maceió. Relator: Conselheiro Afrânio Roberto Pereira de Queiroz
- Procedimento Preparatório 04/2013. Origem: Promotoria de Justiça de Passo do Camaragibe. Interessado: Ministério Público de Alagoas. Assunto: Notícia de atos de improbidade administrativa por Prefeito e Secretário de Finanças no município. Relator: Conselheiro Afrânio Roberto Pereira de Queiroz.
- Processo nº PGJ/AL-1438/2013. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos. Interessada: Ana Cristina de Araújo Ferreira. Assunto: Denúncia de ausência de nomeação de candidata aprovada em concurso público. Relator: Conselheiro Afrânio Roberto Pereira de Queiroz.
- Procedimento Preparatório nº 02/2013. Origem: Promotoria de Justiça de Passo do Camaragibe. Interessado: Ministério Público de Alagoas. Assunto: Emissão de cheques sem provisão de fundos pela ex-gestora Sra. Edivânia Quirino. Relator: Conselheiro Afrânio Roberto Pereira de Queiroz.
- Procedimento Preparatório nº 369/2013. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessados: Alunos da Faculdade Raimundo Marinho. Assunto: Falta de oferta de estágio supervisionado. Relator: Conselheiro Afrânio Roberto Pereira de Queiroz.
- Procedimento Administrativo nº 170/2014 (PGJ-1078/2014). Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado: Thales Batista Guerra Mota. Assunto: Denúncia em face do sítio eletrônico "Aluguetemporada.com.br". Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.
- Procedimento Administrativo nº 181/2013 (PGJ-1553/2013). Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado: Diógenes Alves Paes. Assunto: Reclamação em face da empresa "JBL Consult". Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.
- Processo nº PGJ/AL-1240/2014. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessados: José Edvan Camêlo da Silva e outros. Assunto: Denúncia de poluição sonora em face da Assembleia de Deus – Valparaiso. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.
- Procedimento Preparatório nº 210/2012. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas. Assunto: Denúncia de irregularidades na regularização e execução do Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico em face da Ricardo Eletro (Maceió Shopping). Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.
- Processo nº PGJ/AL-4248/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos. Interessados: Profissionais em Educação filiados ao SINTEAL – Núcleo Regional de São Miguel dos Campos. Assunto: Solicitação de providências em face da diretoria do Núcleo Regional local do SINTEAL. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.
- Notícia de Fato nº 160/2014 (PGJ-1771/2014). Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado: Conselho Regional de Contabilidade. Assunto: Solicitação de adesão ao TAC Shows e Eventos 2014. Relator: Conselheiro Marcos Méro.
- Notícia de Fato nº 161/2014 (PGJ-1747/2014). Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado: Mário Frederico Lima Pereira. Assunto: Solicitação de adesão ao TAC Shows e Eventos 2014. Relator: Conselheiro Marcos Méro.
- Inquérito Civil Público nº 020/2011. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Denúncia Anônima. Assunto: Denúncia contra agentes da Secretaria Municipal de Finanças. Relator: Conselheiro Marcos Méro.

Maceió, 11 de junho de 2014.

Victor André Carneiro Magalhães
Técnico do MP
Chefe da Secretaria do Conselho Superior

Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

Nota Declaratória

Consoante prescreve o § Io do art. 30 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, a 2a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, agendada para o dia 09 de julho 2014, quarta-feira, às 15 horas, não se realizou por falta de quorum, embora presentes os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Doutores Sérgio Jucá, Antiógenes Marques de Lira, Dennis Lima Calheiros, Marcos Barros Mero e Paulo Roberto Marques dos Anjos. Ausentes por motivo de férias os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Doutores Walber José Valente de Lima, Dilmar Lopes Camerino, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Afrânio Roberto Pereira de Queiroz. Ausentes ainda por motivo justificável os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Doutores Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Lean Antônio Ferreira de Araújo e Valter José de Omena Acioly. Para constar, eu, Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza, Promotor de Justiça e Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente nota.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça

Corregedoria Geral do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP nº 1.127/2014
Interessado: Jaelson Ulisses Rocha da Silva.
Natureza: Denúncia.
EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Douta Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, o qual passa integrar o presente Despacho, determinando a remessa de cópia dos autos, à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Rio Largo/AL, para adotar as providências que entender necessárias, procedendo posterior arquivamento dos autos no âmbito desta Corregedoria-Geral. Cientifique-se o interessado do presente Despacho. Publique-se. Após, arquive-se. Maceió, 08 de julho de 2014.

Vicente Felix Correira
Corregedor-Geral Substituto

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP nº 1.096/2014
Interessado: Sérgio Eduardo Simões.
Natureza: Denúncia.
EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Douta Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, ao tempo em que tomo ciência do conteúdo dos autos do Processo CGMP nº 1096/2014. Intime-se o Interessado. Publique-se. Após, arquive-se. Maceió, 08 de julho de 2014.

Vicente Felix Correira
Corregedor-Geral Substituto

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
Procuradoria-Geral de Justiça
4ª Promotoria de Justiça da Capital
Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, 2º andar, n.º 79, Poço – Maceió
Fones: (82) 2122 -3529 e 2122 -3530
Proc. PGJ/AL – 2715/2014

PORTARIA 4ª PJC Nº 21/2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 4ª Promotoria de Justiça da Capital, em face do que consta na peça informativa ofertada, via rede social FACEBOOK, pelo Sr. Marcelo Ribeiro, cujo objeto é a supressão irregular de árvores situadas em frente ao 59º Batalhão Motorizado atentando, desta forma, contra o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a responsabilidade do poder público e de todos em defendê-lo e preservá-lo e:

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que o Poder Público, dentre outras tarefas, tem o dever de proteger a saúde e o meio ambiente, executando ações de vigilância sanitária e epidemiológica

(CF, art. 200, II); combater a poluição em qualquer de suas formas (CF, art. 23, inc. VI); e controlar o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (CF, art. 225, § 1.º, V);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê, também, a sujeição dos degradadores do meio ambiente à imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º);

CONSIDERANDO que os fatos apresentados configuram, em tese, infração administrativa do art. 100 da Lei Municipal nº 4.548/96 (Código Municipal de Meio Ambiente)

CONSIDERANDO que os fatos apresentados configuram, em tese, o crime ambiental do art. 49 da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente;

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos – in casu, a do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações -, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, § 4º da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO,

promovendo as diligências necessárias para a complementação das informações, passando a adotar as seguintes providências:

1 – autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 – comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 – requisição de informações acerca da implantação do empreendimento ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente;

4 – juntada das peças de informação aos autos do Processo PJCEDMA nº 1.261/10;

5 – remessa de cópia dos autos ao Promotor de Justiça com atribuições em matéria criminal ambiental, ante a possível prática do crime tipificado no art. 60 da Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998);

6 – designa-se o dia 12 de agosto de 2014, às 09:00 horas, para realização de audiência, notificando-se o interessado, o investigado, a SEMPMA.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CPJMPAL nº 01, de 14 de julho de 2010.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 03 de julho de 2014.

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
NÚCLEO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Rua Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, 2º andar, Poço, Maceió-AL, CEP: 57025-400. Fone: (82) 2122-3529 e 2122-3530

Procedimento Preparatório.

PORTARIA 1º CPDA Nº 22/2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, em face de representação formulada, informando grave risco ao meio ambiente e aos recursos hídricos, ante a possibilidade de edificação de empreendimento potencialmente poluidor (Posto de Combustíveis) em área de preservação permanente (APP), localizada nas margens de curso d'água inserido na Área de Proteção Ambiental APA de Santa Rita, especificamente em frente ao Condomínio Laguna, Município de Marechal Deodoro, nesta capital.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO ser área de preservação permanente, em zonas rurais e urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene ou intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito, em largura mínima especificada no art. 4º da Lei Federal nº 12.651/2012 – Código Florestal.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios).

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente.

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos – in casu, a defesa dos recursos hídricos e do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações -, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

RESOLVE

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 – autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 – comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 – requisição ao Presidente do Instituto do Meio Ambiente – IMA/AL, objetivando a remessa de cópia, por todo o teor, do Processo IMA nº 4903-1395/2014, Processo nº 7312/13 e Processo IMA nº 1661/2013, consignando o prazo de dez dias para cumprimento;

4 – remessa de cópia da presente portaria ao Presidente em exercício do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM, objetivando seja dado conhecimento do presente procedimento administrativo aos conselheiros;

5 – designa-se o servidor Alexandre Borba, Analista deste Ministério Público para secretariar os trabalhos do presente procedimento preparatório.

6 – juntada aos autos da representação formulada e dos documentos que seguem.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 1 de julho de 2014.

LAVÍNIA SILVEIRA M. FRAGOSO
Promotora de Justiça

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
16ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

ATO DE CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE ICP Nº 003/2013 EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

A 16ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Municipal da Capital, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, I, "b", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93, nos autos do Procedimento Preparatório de ICP instaurado pela Portaria nº 003/13, a partir de representação do Ministério Público de Contas, destinado a apurar ato de improbidade administrativa do ex-prefeito de Maceió por irregularidades no cálculo do duodécimo da Câmara de Vereadores:

CONSIDERANDO que se esgotou o prazo previsto no art. 2º, §6º, da Resolução CNMP nº 23/2007 para conclusão de procedimento preparatório de inquérito civil público;

CONSIDERANDO que em nos idos de 06 de janeiro de 2013 esta Promotoria de Justiça enviou o Ofício PJCFM nº 001/2014 à Secretaria Municipal do Planejamento e do Desenvolvimento de Maceió, requisitando documentos e respostas a um questionário apresentado adredemente e até o presente momento não obteve resposta, o que infelizmente tem sido uma praxe nas secretarias e superintendências no correr deste ano;

CONSIDERANDO a necessidade de instruir a investigação com essas informações;

RESOLVE CONVERTER o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 003/13 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mantendo a mesma numeração, consoante preconiza o artigo 2º, §5º, in fine, da Resolução CNMP nº 23/2007, passando a adotar as seguintes providências:

Autuar e registrar a presente portaria no Livro de Registro de Inquéritos Civis, na mesma página da anotação do respectivo procedimento preliminar;

Comunicar a instauração do presente Inquérito Civil ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério público do Estado de Alagoas, consoante determina o artigo 1°, §2°, da Resolução PGJ n° 01/96;

Requerer a publicação desta portaria no Diário Oficial do Estado;

Notificar o Ilmo. Sr. Secretário Municipal do Planejamento e Desenvolvimento de Maceió para comparecer a esta Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Municipal da Capital, a fim de responder às seguintes indagações:

4.1. Em relação ao orçamento para 2011, por que a mensagem original, de 14 de outubro de 2010, estimava a receita do Município de Maceió para 2011 em R$ 1.466.158.184,00 e posteriormente, em 13 de janeiro de 2011, um novo projeto de lei orçamentária foi enviado à Câmara Municipal de Maceió (Mensagem nº 04, Projeto de Lei nº 115, de 15 de outubro de 2010), aumentando a estimativa de receita para R$ 1.550.862.436,00?

4.2. Em relação à pergunta anterior, a previsão de duodécimo da Câmara de Vereadores, que inicialmente era de R$ 34.389.821,00 (Mensagem nº 25, de 14 de outubro de 2010), foi aumentada para R$ 42.203.825,00 a partir da Mensagem nº 04, de 13 de janeiro de 2011, de acordo com o Projeto de Lei nº 115. Foi o suposto incremento na estimativa de receita para o exercício de 2011 que permitiu esse aumento no duodécimo? Caso contrário, qual a razão para o aumento no duodécimo da Câmara de Vereadores?

4.3. Ainda em relação ao ano fiscal de 2011, quais eram os cálculos empregados pelo Município de Maceió para se estabelecer o teto ou limite para o duodécimo da Câmara de Vereadores? Quais eram as receitas públicas que integravam o cálculo do limite do duodécimo da Câmara de Vereadores?

4.4. Em relação ao orçamento para o ano fiscal de 2012, por que a Mensagem nº 53, de 12 de dezembro de 2011, estipulou o duodécimo da Câmara de Vereadores de Maceió em R$ 50.203.825,00 e o Projeto de Lei nº 6.321, de 12 de janeiro de 2012, sem que houvesse redução na estimativa de receitas, reduziu o duodécimo para R$ 46.003.825,00? Porventura a previsão de duodécimo foi reduzida porque o valor anterior ultrapassava a barreira constitucional do teto?

Requisitar à Secretaria Municipal do Planejamento e do Desenvolvimento os seguintes documentos:

5.1. Cópia do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2011, a primeira versão, que resultou da Mensagem 25, publicada no Diário Oficial do Município de Maceió em 14 de outubro de 2010, na qual o duodécimo da Câmara Municipal de Maceió era estimado em R$ 34.389.821,00 (trinta e quatro milhões, trezentos e oitenta e nove mil e oitocentos e vinte e um reais);

5.2. Cópia do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2012, a primeira versão, que resultou da Mensagem nº 53, publicada no Diário Oficial do Município de Maceió em 12 de dezembro de 2011, na qual o duodécimo da Câmara Municipal de Maceió foi estimado em R$ 50.203.825,00 (cinquenta milhões, duzentos e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais);

5.3. Cópia da Mensagem que resultou no Projeto de Lei nº 6.321, de 12 de janeiro de 2012, referente ao orçamento para o exercício de 2012;

5.4 Cópia da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012;

5.5. Cópia da mensagem do Ilmo. Sr. Prefeito para a Câmara de Vereadores, com a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2013, acompanhada do respectivo projeto de lei e da própria lei aprovada pelo Legislativo, haja vista que esta Secretaria de Planejamento só nos encaminhou a Mensagem de Veto nº 004, de 06 de maio de 2013.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 10 de julho de 2014.

Marcus Rômulo Maia de Mello
Promotor de Justiça